



## **PROJETO DE RESOLUÇÃO 9/2023**

*Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para a realização de pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento e dá outras providências.*

**Art. 1º** Fica instituído na Câmara Municipal de Jardim - MS, nos termos desta Resolução, o procedimento para pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento que não se subordinem ao processo convencional de contratação nos termos do artigo 95, §2º, da Lei 14.133/2021.

**Art. 2º** Entende-se por pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento aquelas de pequeno valor, de entrega imediata, cujo objeto não ultrapasse o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**Art. 3º** Consideram-se como despesas de pequeno valor e de pronto pagamento, aquelas que se fizerem necessárias, para aplicação imediata e de caráter urgente, desde que indispensáveis ao funcionamento normal dos serviços, tais como pequenos consertos, aquisição avulsa de interesse público, peças e acessórios, artigos farmacêuticos ou de laboratório em quantidade restrita de pequeno vulto, desde que não haja aviso expresso de não disponibilidade de tais mercadorias no órgão e que não possam ser subordinadas ao processo normal de aplicação.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS REQUERIMENTOS**

**Art. 4º** As compras de pequeno vulto serão precedidas de solicitação pelo servidor e autorizado pelo Presidente da Câmara Municipal de Jardim.

**Art. 5º** Dos ofícios requisitórios para as aquisições de pequeno vulto serão antecedidas, necessariamente, as seguintes etapas:

- I. – Identificação da espécie da despesa
- II. – Cotação prévia de preços;
- III. – Habilitação jurídica da empresa

**§ 1º** Para fins de habilitação jurídica a empresa deverá fazer prova no mínimo de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**§ 2º** As aquisições e contratações de que tratam esta Resolução deverão ocorrer preferencialmente com Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, sediadas local ou regionalmente.





## **CAPÍTULO III**

### **DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**Art. 6º** A prestação de contas deverá ser encaminhada ao setor responsável, para exame e parecer, devendo o processo de aquisição estar, obrigatoriamente, instruído com os seguintes elementos:

- a. cópia da solicitação da compra;
- b. cotações de preço/orçamentos;
- c. comprovação da regularidade especificada no parágrafo único do art.5º;
- d. documentos comprobatórios das despesas;
- e. Nota fiscal/recibo.

**§1º** As notas a que se referem o item “e” deste artigo são as emitidas, consoante a legislação tributária vigente, devendo as mesmas estarem recebidas e datadas pelo fornecedor da prestação do serviço/entrega do material.

**§2º** Não será aceita Nota Fiscal, recibo, ou outro documento que não se especifique as despesas, sendo que esta deverá ser detalhada.

**§3º** As notas fiscais/recibos deverão ser emitidas em nome da Câmara Municipal de Jardim.

**Art. 7º** Não serão aceitos documentos rasurados, ilegíveis, emendas, com data anterior ou posterior ao período da aquisição ou que se refira a despesa não classificável na espécie de compras de pequeno vulto.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 8º** É vedado o fracionamento das despesas para adequar ao limite máximo permitido de gasto, sob pena de caracterizar o desvio de finalidade e consequente responsabilização daquele que lhe der causa.

**§ 1º** Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nesta Resolução, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro no âmbito da Câmara Municipal, independentemente do setor requisitante;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos às contratações no mesmo ramo de atividade ou a participação econômica do mercado, identificada pelo nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

**§ 2º** Compete ao Agente de Contratação a responsabilidade do controle de gastos previstos nesta Resolução, devendo alertar ao Controle Interno o atingimento do valor previsto no art. 2º.

**§ 3º** Compete ao Controlador Interno o acompanhamento e a fiscalização dos gastos autorizados por esta Resolução.

**Art. 9º** Demais dispositivos relacionados a esta Resolução poderão ser regulamentados por Portaria e detalhados em Instrução Normativa da Mesa Diretora ou do Controle Interno.

**Art. 10º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.





**CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM - MS**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
AV. DUQUE DE CAXIAS, Nº 206 – CENTRO - CEP. 79.240-000 - JARDIM - MS

JARDIM/MS, 05 de Julho de 2023

---

Ver. Glaucio Cabreira  
Presidente(a)





**CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM - MS**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
AV. DUQUE DE CAXIAS, Nº 206 – CENTRO - CEP. 79.240-000 - JARDIM - MS

**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de Resolução pretende dar guarida as despesas de pequeno valor e de pronto pagamento que se fizerem necessárias, para aplicação imediata e de caráter urgente no âmbito da Câmara Municipal de Jardim – MS. Temos que o regime normal relativo à aquisição de bens, obras e serviços pela Administração é, conforme determina o art. 37, XXI, da Constituição Federal, o da licitação, regulamentada pela Lei nº 14.133/2021. A questão relativa à dispensa de licitação tem previsão na Resolução nº 003/2023 promulgada pela Mesa Diretora que prevê, assim como a norma de regência um procedimento com formalismo mais ameno para as despesas de pequeno vulto, ainda que a orientação legal e da jurisprudência é no sentido de se fazer cotação prévia de preços antes da concretização das despesas, para se evitar contratações em valores fora do preço de mercado.

A nova lei de licitação traz a possibilidade de realizar aquisições cujo valor não ultrapasse R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sem o processo licitatório normalmente utilizado para contratações públicas.

Esse regime de compras de pequeno vulto está disciplinado no art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, no entanto, se faz necessário a regulamentação do procedimento a fim de se fundamentar as aquisições dentro da legalidade.

Deste modo, o presente projeto de lei é indispensável a manutenção e regular andamento dos serviços realizados por esta Casa Legislativa.

---

Ver. Glaucio Cabreira  
Presidente(a)

